

Proposta de Lei n.º 38/XV/1.^a
(Aprova o Orçamento de Estado para 2023)

Proposta de Aditamento

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA apresenta a seguinte proposta de aditamento:

TÍTULO I

Disposições gerais

CAPÍTULO IX

Outras disposições

Artigo 150.º-A

Avaliação da qualidade das refeições escolares

O Governo autoriza a administração local a incluir nas verbas atribuídas pela área governativa da educação, despesas referentes a elaboração de pareceres e relatórios de avaliação da qualidade das refeições escolares, servidas nas escolas do sector público do ensino básico e secundário, que incluam, nomeadamente:

- a) Definição e implementação de um plano de fiscalização periódica;
- b) Conclusões resultantes de questionários endereçados a encarregados de educação de alunos, alunos e docentes que incluam parâmetros "variedade/opções da ementa", "qualidade", "quantidade", "apresentação", "satisfação geral com a ementa" e "nutricionais".
- c) Análise do cumprimento das regras para a elaboração de ementas escolares, incluindo o tipo e a quantidade de alimentos a incluir, indicadores nutricionais, e modos de confeção.

Nota justificativa:

Nos últimos anos, o Ministério da Educação (ME) recebeu milhares de queixas relacionadas com as refeições escolares e a ASAE suspendeu o funcionamento várias cantinas escolares, tendo instaurado processos-crime em algumas situações.

Segundo informações disponibilizadas pela DECO, a maior parte dos pais avalia medianamente as refeições que os filhos comem na cantina da escola, e um em cada dez encarregados de educação considera mesmo que a ementa escolar é má. Dados que por si só deveriam exigir mais atenção do Ministério da Educação.

A alimentação disponibilizada nas escolas e a própria educação alimentar deveriam ser sempre planeadas e acompanhadas por profissionais com competência na matéria, como é o caso dos nutricionistas. Atualmente, não se sabe quantos destes profissionais estão alocados aos serviços. É preciso que o Ministério da Educação, em articulação com outros intervenientes, como as autarquias locais, definam e deem a conhecer as estratégias nesta área.

São Bento, 31 de Outubro de 2022

O Grupo Parlamentar do Partido CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes – Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa